



Vilas
Complexo Eólico

EOL Potiguar B141 SPE S.A.

CNPJ nº 30.097.726/0001-55

Subsidiária Integral da Ventos de Serra do Mel B S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Lote 14, Vila Maranhão, Zona Rural

Serra do Mel - RN

CEP 59.663-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2023

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	5
Balanços Patrimoniais	5
Balanços Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional	10
2 Base de Preparação	10
3 Políticas Contábeis Materiais	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
5 Clientes	17
6 Partes Relacionadas	18
7 Títulos e Valores Mobiliários	18
8 Imobilizado	19
9 Intangível	19
10 Fornecedores	20
11 Empréstimos e Financiamentos	20
12 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos	21
13 Outras contas a pagar	22
14 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	22
15 Patrimônio Líquido	23
16 Receita Operacional Líquida	24
17 Custos e Despesas Operacionais	24
18 Resultado Financeiro	25
19 Imposto de Renda e Contribuição Social	25
20 Instrumentos Financeiros	26
21 Seguros	29
22 Transações que não envolvem caixa	29
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da EOL Potiguar B141 SPE S.A. (EOL Vila Maranhão I ou Companhia), subsidiária integral da Ventos de Serra do Mel B S.A. que, por sua vez, é controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

A EOL Vila Maranhão I é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE que tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica.

Está localizada no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte e firmou Contrato de Comercialização de Energia Elétrica (CCEAR) na modalidade de Quantidade de energia elétrica no 28º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimento de Geração realizado em 31.08.2018.

A seguir são apresentadas as principais informações do parque gerador e da energia produzida:

Empreendimento	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)	Geração (GWh) ⁽¹⁾	Preço/MWh ⁽²⁾	Início de Operação Comercial	Vencimento de Outorga
EOL Vila Maranhão I	32,0	17,8	116,4	124,50	11.02..2021	11.01.2054

⁽¹⁾ Valores referentes ao total bruto gerado em 2023.

⁽²⁾ Preço atualizado até dezembro/2023.

EOL Potiguar B141

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

	2023	2022	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	134.485	139.780	(3,8)
Caixa e equivalentes de caixa	7.422	7.116	4,3
Títulos e valores mobiliários	3.234	2.934	10,2
Dívida total	85.776	89.685	(4,4)
Dívida líquida	75.120	79.635	(5,7)
Receita operacional bruta	23.883	24.815	(3,8)
Deduções da receita	(872)	(892)	(2,2)
Receita operacional líquida	23.011	23.923	(3,8)
Custos e despesas operacionais	(13.471)	(12.838)	4,9
Lucro antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	9.540	11.085	(13,9)
Ebitda ou Lajida ^(a)	15.363	16.827	(8,7)
Resultado financeiro	(6.436)	(8.033)	19,9
IRPJ/CSLL	(1.076)	(884)	21,7
Lucro operacional	3.104	3.052	1,7
Lucro líquido do exercício	2.028	2.168	(6,5)
Patrimônio líquido	43.255	41.707	3,7
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	2,0	1,2	66,7
Liquidez geral (índice)	0,2	0,1	100,0
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	66,8	70,3	(5,0)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	198,3	215,0	(7,8)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	13,5	12,8	5,5
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	8,8	9,1	(3,3)
Participação de capital de terceiros (%)	67,8	70,2	(3,4)
Rentabilidade do patrimônio líquido (Lucro Líquido ÷ (PL inicial)) (%)	4,9	6,1	(19,7)

^(a) EBITDA ou LAJIDA - Lucros antes dos juros, impostos, depreciação e amortização

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos ao acionista, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 15 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
 Diretor Técnico

Adriano Fedalto
 Diretor Administrativo-Financeiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.422	7.116
Clientes	5	3.220	3.553
Outros créditos		35	25
Imposto de renda e contribuição social		25	29
Outros tributos a recuperar		-	4
Despesas antecipadas		293	287
Partes relacionadas	6	38	38
		11.033	11.052
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	7	3.234	2.934
		3.234	2.934
Imobilizado			
Intangível	9	39	41
Direito de uso	12.1	3.998	3.902
		123.452	128.728
TOTAL DO ATIVO		134.485	139.780

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	140	140
Fornecedores	10	760	1.819
Imposto de renda e contribuição social		217	308
Outras obrigações fiscais		103	184
Empréstimos e financiamentos	11	3.338	4.067
Dividendos a pagar	6	482	2.388
Passivo de arrendamentos	12.2	24	21
Outras contas a pagar	13	347	354
		5.411	9.281
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos		35	42
Empréstimos e financiamentos	11	81.639	84.767
Passivo de arrendamentos	12.2	4.145	3.983
		85.819	88.792
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	15.1	31.858	30.858
Adiantamento para futuro aumento de capital	15.2	-	1.000
Reserva legal	15.3	898	796
Reserva de retenção de lucros	15.3	9.053	9.053
Dividendo adicional proposto	15.4	1.446	-
		43.255	41.707
TOTAL DO PASSIVO		134.485	139.780

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

EOL Potiguar B141
Demonstrações de Resultados

 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	23.011	23.923
Custos Operacionais	17	(12.688)	(11.736)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		10.323	12.187
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(662)	(862)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(121)	(240)
		(783)	(1.102)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		9.540	11.085
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		1.055	469
Despesas financeiras		(7.491)	(8.502)
		(6.436)	(8.033)
LUCRO OPERACIONAL		3.104	3.052
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19		
Imposto de renda e contribuição social		(1.083)	(842)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		7	(42)
		(1.076)	(884)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.028	2.168
RESULTADO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO - em reais			
Ações ordinárias	15.4	0,06447	0,07026

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes

 dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.028	2.168
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		2.028	2.168

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de Lucros			Lucros/Prejuízos acumulados	Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2022		30.858	-	688	7.511	-	-	39.057
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.000	-	-	-	-	1.000
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	2.168	2.168
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	15.4	-	-	108	-	-	(108)	-
Dividendos	15.4	-	-	-	-	-	(518)	(518)
Reserva de retenção de lucros	15.4	-	-	-	1.542	-	(1.542)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		30.858	1.000	796	9.053	-	-	41.707
Aumento de capital		1.000	(1.000)	-	-	-	-	-
Lucro do exercício		-	-	-	-	-	2.028	2.028
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	15.4	-	-	102	-	-	(102)	-
Dividendos	15.4	-	-	-	-	-	(480)	(480)
Dividendo adicional proposto	15.4	-	-	-	-	1.446	(1.446)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		31.858	-	898	9.053	1.446	-	43.255

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2023	31.12.2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		2.028	2.168
Ajustes para a reconciliação do lucro (prejuízo) líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		7.384	8.464
Imposto de renda e contribuição social	19	1.083	842
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	(7)	42
Depreciação e amortização	17	5.833	5.742
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos líquidos	12	26	(2)
		16.347	17.256
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		333	(696)
Outros créditos		(10)	2
Imposto de renda e contribuição social		4	(27)
Outros tributos a recuperar		4	11
Despesas antecipadas		(6)	(267)
		325	(977)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		-	140
Fornecedores	10	(1.059)	141
Outras obrigações fiscais		(81)	(436)
Outras contas a pagar		(7)	354
		(1.147)	199
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		15.525	16.478
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.174)	(1.157)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.2	(7.377)	(9.551)
Encargos de passivos de arrendamento pagos	12.2	(256)	(208)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		6.718	5.562
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgates (Aplicações) financeiras		(300)	1.472
Aquisições de imobilizado		(62)	-
CAIXA LÍQUIDO (UTILIZADO) GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(362)	1.472
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	15.2	-	1.000
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	11.2	(3.604)	(3.887)
Amortização de principal de passivos de arrendamentos	12.2	(57)	(19)
Dividendos pagos		(2.389)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(6.050)	(2.906)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		306	4.128
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	7.116	2.988
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	7.422	7.116
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		306	4.128

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A EOL Potiguar B141 SPE S.A. (“Companhia”) com sede na Vila Maranhão, Lote 14, Zona Rural, Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Ventos de Serra do Mel (Controladora), controlada pela Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT). Por sua vez, a Copel GeT é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Tem por objeto social, especificamente, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido no parque eólico denominado EOL Vila Maranhão I.

Em 17.05.2021, a Copel GeT assinou contrato para a aquisição de 100% do Complexo Eólico Vilas, formado por um conjunto de 5 parques eólicos, através de participação direta detidas pelas empresas Brownfield Investment Holding S.A. e Ventos de Serra do Mel B S.A. nas investidas EOL Potiguar B141 SPE S.A, EOL Potiguar B142 SPE S.A, EOL Potiguar B143 SPE S.A, EOL Potiguar Paraíba IV SPE S.A e EOL Potiguar B61 S.A. A aquisição foi concluída em 30.11.2021.

1.1 Concessões e Autorizações

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 2 de 8 de janeiro de 2019 autorizou a Companhia a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada Vila Maranhão I, no Município de Serra do Mel, Estado do Rio Grande do Norte, com 31.185 kW de capacidade instalada e 15.700 kW médios de garantia física de energia, constituída por nove unidades geradoras de 3.465 kW. De acordo com esta Portaria, a autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 8 de janeiro de 2019, além de aprovado o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da EOL Vila Maranhão I e como prioritário, na forma do art. 2º, caput e §1º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e nos termos da Portaria MME nº 364, de 13 de setembro de 2017.

2 Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Diretoria declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão.

EOL Potiguar B141

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 15.04.2024.

2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.3.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.2 - Instrumentos financeiros: definição da categoria dos instrumentos financeiros.

2.3.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.3 e 8 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.4 e 9 – Intangível: previsão de vida útil dos ativos;
- NEs nºs 3.5 e 8 - Redução ao valor recuperável de ativos: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NE nºs 3.6 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes: definição de premissas, determinação da taxa de desconto e previsão dos fluxos de caixa;
- NEs nºs 3.7 e 16 - Reconhecimento de receita: estimativa de valores não faturados;
- NE nº 3.8 - Operações de compra e venda de energia elétrica na CCEE; e
- NEs nºs 3.9 e 19 - Imposto de renda e contribuição social.
- NEs nºs 3.10 e 12 – Direito de uso de ativos e Passivo de arrendamentos: definição da taxa de juros para os contratos

EOL Potiguar B141

2.4 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Políticas Contábeis Materiais

A seguir são apresentadas as informações materiais das políticas contábeis da Companhia

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes nem passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

EOL Potiguar B141

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 **Imobilizado**

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a Companhia.

EOL Potiguar B141

3.3 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além de faixa de servidão de passagem mensurados pelo valor da aquisição da matrícula o qual é amortizado linearmente até o final do prazo da autorização.

3.4 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.4.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo, número de dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.4.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras e em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.5 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

EOL Potiguar B141

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Os valores que correspondem à parcela principal da provisão são reconhecidos no resultado operacional ou no ativo e a atualização monetária, se houver, é reconhecida no resultado financeiro. Provisões socioambientais são registrados em contrapartida ao ativo quando incorridos durante a fase de implantação de empreendimentos ou, ainda, após a entrada em operação comercial, quando considerados condicionantes para obtenção/renovação das licenças de operação e manutenção.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, porém são divulgados em nota explicativa quando for provável o reconhecimento de benefícios econômicos futuros, para os ativos, ou quando a probabilidade de saída de recursos for avaliada como possível, no caso dos passivos.

3.6 Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas no resultado quando do suprimento de energia, medição ou condição contratual e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

Tendo em vista que as empresas de geração eólica estão sujeitas a montantes mínimos de geração, a Companhia entende que está sujeita a contraprestação variável e, por esta razão, constitui provisão pela não performance com base nas estimativas de geração anual, deduzindo da receita.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

EOL Potiguar B141

3.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados trimestralmente com base no Lucro Presumido. O imposto de renda é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

Além disso, o imposto de renda calculado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para as parcelas dos lucros que excederem a R\$ 60 no trimestre, e a contribuição social calculada pela alíquota de 9%, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (Imposto sobre Operações Financeiras - IOF). Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.9 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Quando da celebração de um contrato de arrendamento, o direito de uso de ativos é registrado a valor presente, em contrapartida de um passivo de arrendamento de mesmo valor, exceto para contratos que atendam critérios de isenção da norma contábil (arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou que preveem remuneração variável). Após a mensuração inicial, a amortização do ativo de direito de uso é contabilizada no resultado operacional e os juros do passivo de arrendamento no resultado financeiro. Para definição da taxa de juros, a Companhia utiliza como base a taxa nominal praticada na última captação de recursos do grupo Copel, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas.

3.10 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2023

A partir de 1º.01.2023 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia:

- (i) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de principais políticas contábeis para informações materiais da política contábil (a partir de 1º.01.2023);
- (ii) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 - a Companhia não possui quaisquer contratos que atendam à definição de contrato de seguro (a partir de 1º.01.2023);
- (iii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (iv) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação e atualizações decorrentes das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois (a partir de 1º.01.2023).

3.11 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios seguintes estarão vigentes as alterações abaixo:

- (i) CPC 26 / IAS 1: requisitos para classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e para apresentação de Passivo Não Circulante com Covenants (a partir de 1º.01.2024);

EOL Potiguar B141

- (ii) CPC 06 / IFRS 16 - Arrendamentos: alterações relacionadas a operações de “*sale and leaseback*” (a partir de 1º.01.2024);
- (iii) CPC 03 / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: requisitos para divulgação de acordos de financiamento de fornecedores (a partir de 1º.01.2024);
- (iv) CPC 02 / IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (a partir de 1º.01.2025);
- (v) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e bancos conta movimento	1.930	956
Aplicações financeiras de liquidez imediata	5.492	6.160
	7.422	7.116

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos líquidos de imposto de renda auferidos até a data de encerramento do período e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a Operações Compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações, dependendo da incidência de IOF e do prazo de liquidez negociado no momento da contratação, são remuneradas entre 92,0% e 97,75% (entre 94,0% e 97,75% em 31.12.2022) da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5 Clientes

	Saldos vencidos	Vencidos até 90 dias	Saldo 31.12.2023	Saldo 31.12.2022
Concessionárias e permissionárias				
Contrato bilaterais - Ambiente de contratação livre	2.250	970	3.220	3.434
CCEE	-	-	-	119
Suprimento de energia elétrica	2.250	970	3.220	3.553
Circulante			3.220	3.553

Em 31.12.2023, não há registro de provisão para perdas de crédito esperadas devido a existência de garantias vinculadas aos contratos.

6 Partes Relacionadas

	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Controlador								
Ventos de Serra do Mel								
Contas a receber	38	38	-	-	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	482	2.388	-	-	-	-
Copel Geração e Transmissão S.A								
Compartilhamento (a)	-	-	105	103	-	-	-	-
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Compartilhamento (a)	-	-	29	29	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Compra e venda de energia (b)	961	913			9.971	10.836		
Cutia empreendimentos eólicos								
Compartilhamento (a)	-	-	6	8	-	-	-	-
Pessoal chave da administração (c)								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(45)	(35)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(2)	(1)

- a) A Companhia registrou gastos com atividades corporativas entre controladoras e entidades sob controle comum, referentes a pessoal e administradores, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes. As atividades estão concentradas nas suas controladoras e entidades sob controle comum.
- b) A Companhia tem contratos de compra e venda de energia com a Copel Comercialização, realizados de acordo com os termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia, aderentes aos praticados por outros agentes de mercado e àqueles praticados no mercado de energia.
- c) A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

7 Títulos e Valores Mobiliários

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis.

Categoria	31.12.2023	31.12.2022
Cotas de fundos de investimentos	3.234	2.934
Não circulante	3.234	2.934

EOL Potiguar B141

8 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e industriais para geração de energia elétrica.

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2023	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2022
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	131.112	(14.993)	116.119	131.112	(9.261)	121.851
	131.112	(14.993)	116.119	131.112	(9.261)	121.851
Em curso						
Custo	62	-	62	-	-	-
	62	-	62	-	-	-
	131.174	(14.993)	116.181	131.112	(9.261)	121.851

	Saldo em 1º.01.2022	Depreciação	Transferência do Intangível - NE nº 9	Saldo em 31.12.2022	Aquisições	Depreciação	Saldo em 31.12.2023
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	125.998	(5.649)	1.502	121.851	-	(5.732)	116.119
	125.998	(5.649)	1.502	121.851	-	(5.732)	116.119
Em curso							
Custo	-	-	-	-	62	-	62
	-	-	-	-	62	-	62
	125.998	(5.649)	1.502	121.851	62	(5.732)	116.181

A taxa média de depreciação é de 4,32% a.a. e a companhia não possui compromissos assumidos com seus fornecedores de equipamentos e serviços para construção das usinas.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos em 2023 e 2022.

9 Intangível

9.1 Mutação do intangível

	em serviço	Total
Em 1º.01.2022	1.556	1.556
Transferências p/ imobilizado - NE nº 8	(1.502)	(1.502)
Quotas de amortização (a)	(13)	(13)
Em 31.12.2022	41	41
Quotas de amortização (a)	(2)	(2)
Em 31.12.2023	39	39

(a) Amortização durante o período de autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento

EOL Potiguar B141
10 Fornecedores

	31.12.2023	31.12.2022
Materiais e serviços	337	1.619
Energia elétrica	223	-
Encargos de uso da rede elétrica	200	193
Outros	-	7
Circulante	760	1.819

11 Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros)	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato	31.12.2023	31.12.2022
35201915725525	04.04.2019	216	15.04.2039	IPCA + 2,3323% a.a.	IPCA + 2,3323%	92.138	85.776	89.685
							85.776	89.685
Dívida bruta							85.776	89.685
(-) Custo de transação							(799)	(851)
Dívida líquida							84.977	88.834
Circulante							3.338	4.067
Não circulante							81.639	84.767

Destinação: Construção e implantação de central geradora eólica.

Garantias: Fiança da Copel; penhor de ações; cessão fiduciária de direitos creditórios; cessão fiduciária de receitas.

11.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2023	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida líquida
2025	2.913	(52)	2.861
2026	2.913	(52)	2.861
2027	2.969	(52)	2.917
2028	3.638	(52)	3.586
2029	4.197	(52)	4.145
Após 2029	65.756	(487)	65.269
	82.386	(747)	81.639

11.2 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Total
Em 1º.01.2022	94.014
Encargos	8.258
Amortização - principal	(3.887)
Pagamento - encargos	(9.551)
Em 1º.01.2023	88.834
Encargos	7.124
Amortização - principal	(3.604)
Pagamento - encargos	(7.377)
Em 31.12.2023	84.977

EOL Potiguar B141
11.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

Em 31.12.2023, todas as condições contratuais estabelecidas, tais como manutenção de fiança bancária e relacionadas a vencimento antecipado foram integralmente cumpridas e eventual descumprimento poderá implicar restrição, multa e/ou vencimento antecipado das dívidas.

12 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

12.1 Direito de uso de ativos

	Saldo em 1º.01.2022	Ajuste por Remensuração	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2022	Ajuste por Remensuração	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2023
Imóveis	3.140	840	(78)	-	3.902	222	(100)	(26)	3.998
Veículos	18	-	(3)	(15)	-	-	-	-	-
	3.158	840	(81)	(15)	3.902	222	(100)	(26)	3.998

12.2 Passivo de arrendamentos
12.2.1 Mutação do passivo de arrendamentos

	Total
Saldo em 1º.01.2022	3.200
Ajuste por Remensuração	840
Encargos	208
Pagamento - principal	(19)
Pagamento - encargos	(208)
Baixas	(17)
Saldo em 31.12.2022	4.004
Ajuste por Remensuração	222
Encargos	256
Pagamento - principal	(57)
Pagamento - encargos	(256)
Saldo em 31.12.2023	4.169

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros praticada na última captação de debêntures, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. A taxa de juros aplicadas é a de 5,58% a.a.

EOL Potiguar B141

12.2.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

2025	250
2026	250
2027	250
2028	250
2029	250
Após 2030	9.485
Valores não descontados	10.735
Juros embutidos	(6.590)
Saldo passivo arrendamento em 31.12.2023	4.145

12.3 Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

	Saldo conforme o CPC 06 (R2) - IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	%
Passivo de arrendamentos	4.169	6.070	45,60%
Direito de uso de ativos	3.998	5.418	35,52%
Despesa Financeira	256	372	45,31%
Despesa de amortização	100	137	37,00%

12.4 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, cujo pagamento é feito com base em remuneração variável, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 17).

13 Outras contas a pagar

	31.12.2023	31.12.2022
Entidades Seguradoras - Prêmio a Pagar	337	337
Taxa de fiscalização	10	17
Circulante	347	354

14 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Em 31.12.2023 e 31.12.2022, não há ações cujas perdas são consideradas prováveis, portanto, a Companhia não constituiu provisões para litígios.

Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 a Companhia não possui passivos contingentes.

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2023 monta a R\$ 31.858 (R\$ 30.858, em 31.12.2022), composto por 31.857.513 ações ordinárias pertencentes à sua Controlada. O aumento de capital no valor de R\$ 1.000 foi aprovado por meio da integralização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC.

15.2 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros é constituída mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal, os juros sobre o capital próprio e os dividendos.

15.3 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	2.028	2.168
Reserva legal (5%)	(102)	(108)
	1.926	2.060
Dividendos propostos		
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	480	518
Dividendo adicional proposto (*)	1.446	-
	1.926	518
Valor do dividendo por ação	0,060457	0,016787

(*) De acordo com o § 6º do art. 202 da lei 6.404/76, os lucros não destinados nos termos do art. 193 a 197 (Reserva Legal, Reservas Estatutárias, para contingência, de retenção de lucros ou de lucros a realizar), deverão ser distribuídos como dividendos.

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da quota destinada à reserva legal.

A distribuição dos dividendos é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, exceto o dividendo adicional proposto que aguarda a deliberação em Assembleia dos Acionistas.

EOL Potiguar B141
15.4 Lucro líquido básico e diluído por ação

	31.12.2023	31.12.2022
Numerador básico e diluído		
Resultado líquido básico e diluído alocado por classes de ações		
Lucro Líquido do Exercício	2.028	2.168
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações		
Ações ordinárias	31.456.415	30.857.512
Resultado líquido do período básico e diluído por ação		
Resultado por ação ordinária	0,06447	0,07026

16 Receita Operacional Líquida

	31.12.2023	31.12.2022
Contratos bilaterais	23.699	24.610
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	184	205
(-) PIS/Pasep e Cofins	(872)	(892)
	23.011	23.923

17 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2023	31.12.2022
Energia elétrica comprada para revenda	(1.177)	-	-	(1.177)	(672)
Encargos de uso da rede elétrica	(2.365)	-	-	(2.365)	(2.195)
Pessoal e administradores	-	(483)	-	(483)	(331)
Planos previdenciário e assistencial	-	(57)	-	(57)	(37)
Serviços de terceiros	(2.778)	(17)	-	(2.795)	(2.929)
Depreciação e amortização	(5.823)	-	-	(5.823)	(5.742)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(545)	(104)	(121)	(770)	(932)
	(12.688)	(661)	(121)	(13.470)	(12.838)

EOL Potiguar B141
18 Resultado Financeiro

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.050	467
Outras receitas financeiras	5	2
	1.055	469
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	7.093	8.257
Juros e IOF sobre contratos de mútuo	-	25
Juros arrendamento	225	208
Outras despesas financeiras	173	12
	7.491	8.502
Líquido	(6.436)	(8.033)

19 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2023		31.12.2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR / Bilaterais	23.699	23.699	24.611	24.611
Receita de Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	184	184	205	205
Ajuste de prática regime de caixa x competência	-	-	(374)	(374)
Alíquota sobre a receita bruta	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo	1.911	2.866	1.955	2.933
Receita Financeira	1.055	1.055	469	469
(-) Receita Financeira Provisionada	21	21	(123)	(123)
Base de cálculo Receita Financeira	1.076	1.076	346	346
(=) Base de cálculo	2.987	3.942	2.301	3.279
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%		10%	
Imposto de renda e contribuição social	728	355	551	291
Receita Financeira Provisionada	(21)	(21)	123	123
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5)	(2)	31	11

20 Instrumentos Financeiros

20.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2023		31.12.2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	7.422	7.422	7.116	7.116
Títulos e valores mobiliários (b)	7	2	3.234	3.234	2.934	2.934
			10.656	10.656	10.050	10.050
Custo amortizado						
Cientes (a)	5		3.220	3.220	3.553	3.553
			3.220	3.220	3.553	3.553
Total dos ativos financeiros			13.876	13.876	13.603	13.603
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	10		760	760	1.819	1.819
Empréstimos e financiamentos (c)	11		85.776	85.776	89.685	89.685
Total dos passivos financeiros			86.536	86.536	91.504	91.504

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Valor justo similar ao valor contábil tendo em vista as características contratuais para construção de infraestrutura específica.

20.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

20.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes de caixa (a)	7.422	7.116
Títulos e valores mobiliários (a)	3.234	2.934
Cientes (b)	3.220	3.553
	13.876	13.603

EOL Potiguar B141

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A companhia considera baixo esse risco de crédito pois possui histórico imaterial de perdas e, também, por manter contratos regulados com distribuidores de energia elétrica que, por regra do setor, mantém Contratos de Constituição de Garantias - CCG para cumprimento dos pagamentos. Além disso, possui contratos de venda de energia garantidos pela Conta de Energia de Reserva - CONER que é administrada pela CCEE. A Companhia considera baixo esse risco de crédito pois espera que o saldo seja compensado futuramente com débitos junto à CCEE.

20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os próximos 3 anos. A partir de 2028, repetem-se os indicadores de 2027 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2023							
Fornecedores	NE nº 10	756	4	-	-	-	760
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	988	1.785	5.594	29.510	93.298	131.175
Passivo de arrendamento	NE nº 12	18	36	167	957	19.747	20.925
		1.762	1.825	5.761	30.467	113.045	152.860

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado na NE nº 11.3, a Companhia tem empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

20.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações.

EOL Potiguar B141

O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado. A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2023, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic: 9,00%, IPCA – 3,86%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2024 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2023	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	3.234	3.525	3.452	3.380
		3.234	3.525	3.452	3.380
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Alta IPCA	(85.776)	(3.311)	(4.139)	(4.966)
		(85.776)	(3.311)	(4.139)	(4.966)

EOL Potiguar B141

20.2.4 Risco de não performance dos empreendimentos eólicos

Os contratos de compra e venda de energia por fonte eólica firmam um montante mensal de energia a ser entregue pelas usinas. Os empreendimentos estão sujeitos a fatores climáticos associados às incertezas da velocidade de vento e outros fatores como restrições de operação. O não atendimento do que está disposto no contrato, expõe o agente no mercado de curto prazo, comprometendo a receita da Companhia no mês contabilizado.

20.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio. O endividamento em relação ao patrimônio líquido é apresentado a seguir:

Endividamento	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	85.776	89.685
(-) Caixa e equivalentes de caixa	7.422	7.116
(-) Títulos e valores mobiliários	3.234	2.934
Dívida líquida	75.120	79.635
Patrimônio líquido	43.255	41.707
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	1,74	1,91

21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos seguros da companhia está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Operacionais	28.11.2024	186.453
Seguro D&O (a)	28.03.2025	121.033
Responsabilidade Civil Geral	28.03.2025	30.000

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia do dia 29.12.2023, de R\$ 4,8413.

22 Transações que não envolvem caixa

Conforme a NE nº 12.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridas no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 222 (R\$ 840 em 31.12.2022), sendo que tais reconhecimentos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

EOL Potiguar B141

As citadas transações não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

Curitiba, 15 de abril de 2024

Marcio Raphael Ploszaj
Diretor Técnico

Adriano Fedalto
Diretor Administrativo-Financeiro

Michael Luiz de Souza
Contador CRC-PR-058084/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da EOL Potiguar B141 SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da EOL Potiguar B141 SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EOL Potiguar B141 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações significativas com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos

chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 15 de abril de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

